

A. I. Nº - 232199.0406/10-8
AUTUADO - CIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
AUTUANTE - FÁBIO RAMOS BARBOSA
ORIGEM - IFMT SUL
INTERNET - 08.04.2011

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0066-04/11

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Ilícito tributário não impugnado. Infração mantida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 08/04/2010 para exigir ICMS no valor de R\$ 16.343,23, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “e” da Lei nº 7.014/96, em virtude da falta de retenção e recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativos às operações subseqüentes realizadas para contribuintes localizados no Estado da Bahia, conforme Termo de Apreensão e Ocorrências 232199.0406/10-8, colacionado às fls. 03 e 04.

Consta do campo “Descrição dos Fatos” que o produto é cerveja em lata (NCM 22030000), enquadrada no regime de substituição por antecipação tributária pelo Protocolo ICMS 11/1991, cujo trânsito foi documentado pela nota fiscal eletrônica 10.148 (fl. 05).

O autuado ingressa com impugnação às fls. 16 a 19, através de advogada regularmente constituída, nos termos da procuração de fl. 22 e do substabelecimento de fl. 55.

Inicia reconhecendo o ilícito e informando que efetuou o devido pagamento, mediante o documento de arrecadação estadual de fl. 57.

No entanto, citando princípios da CF/88, doutrina e jurisprudência, insurge-se contra a multa aplicada, por entendê-la abusiva e inconstitucional.

Requer a homologação dos valores pagos, a redução da multa e a produção de provas por todos os meios permitidos.

Na informação fiscal de fls. 66 a 69, mencionando doutrina, legislação e decisões deste Conselho, o autuante manifesta-se contra o pedido de redução da multa, já que o mesmo só pode ser apreciado em “*foro próprio, onde deverão ser discutidas a constitucionalidade e a validade da Lei Estadual*”.

Pleiteia a procedência do Auto de Infração.

VOTO

A infração da qual resultou o presente lançamento de ofício foi expressamente acatada pelo sujeito passivo, inclusive paga, motivo pelo qual, com fundamento no art. 140 do RPAF/99, o seu mérito não será objeto deste julgamento.

Quanto ao alegado caráter abusivo e / ou inconstitucional da multa aplicada, vejo que a mesma está devidamente capitulada no art. 42, II, “e” da Lei nº 7.014/96, e não cabe a este órgão administrativo a declaração de inconstitucionalidade de norma da legislação estadual, nos termos do art. 167, I do RPAF/99.

Por se tratar de ilícito resultante de descumprimento de obrigação principal, falece competência a esta Junta para decidir sobre o pedido de redução da penalidade. Poderá ser requerida à Câmara Superior do CONSEF a dispensa ou redução de multa por infração de obrigação principal ao apelo de equidade (art. 159, RPAF/99).

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores já pagos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232199.0406/10-8**, lavrado contra **CIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 16.343,23**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “e” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores já pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de março de 2011.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

PAULO DANILO REIS LOPES – RELATOR

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO - JULGADOR